

Consciência Bancária

Centrais sindicais querem alterar a reforma trabalhista

Representantes das centrais sindicais estão conversando com o futuro ministro do Trabalho, Luiz Marinho, sobre a alteração da reforma trabalhista, promovida pelo governo de Michel Temer e que retirou direitos dos trabalhadores.



As centrais defendem que os ajustes aconteçam de forma gradual e negociada ainda nos cem primeiros dias do governo Lula. Entre as mudanças defendidas pelo movimento sindical estão o fim da homologação de demissões sem anuência dos sindicatos, a revisão

do contrato de trabalho intermitente. Outra proposta das centrais, a chamada ultratividade dos acordos coletivos – que prolonga os seus efeitos durante novas negociações – foi bloqueada pelo STF e precisaria de nova legislação. *Fonte FEEBASE*

Prepare o bolso: conta de luz vai subir até 36%

O brasileiro não tem o minuto de paz. Nas últimas semanas, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou aumentos de até 36% nas contas de energia motivados por fatores que variam de custos financeiros do ano passado a altas de preços de energia e encargos.

Dos 26 processos analisados de julho a dezembro do ano passado, 10 resultaram em aumentos de dois dígitos. O maior foi registrado pela Enel Goiás, com 16,45%. Já em 2022, 16 reajustes alcan-



çaram os dois dígitos, sendo que 10 ficaram acima de 20%.

Para os consumidores, o maior efeito médio foi o da Equatorial Amapá, com reajuste médio de 36,08%. Com intuito de amenizar o problema, a Frente de Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica vai apresentar proposta ao próximo governo para transferir os subsídios bilionários do setor, que hoje estão concentrados na conta de luz, para o caixa do Tesouro Nacional. *Fonte SBBA*

Congresso derruba vetos de Bolsonaro à LDO



Após o governo Bolsonaro tentar limitar recursos para áreas importantes, o Congresso Nacional derrubou vetos do presidente à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) que impediam aumento de repasses para órgãos da União.

Entre os bloqueios retirados estão o da Educação, como o que restringia os reajustes da bolsa permanência e da merenda escolar para estudantes pobres das universidades, institutos federais e ensino médio.

Os parlamentares também derubaram o veto a duas medidas que determinam que as despesas custeadas com receitas de convênios não poderão sofrer limitação de empenho e movimentação financeira.

Vetos de outras áreas também foram excluídos. O Congresso manteve o dispositivo da LDO que aumenta o rol de despesas de capital passíveis de serem repassadas para entidades privadas sem fins lucrativos que prestem serviços à saúde, assistência social e educação especial. *Fonte SBBA*

PLANTONISTAS DE HOJE

Manhã: Liamara

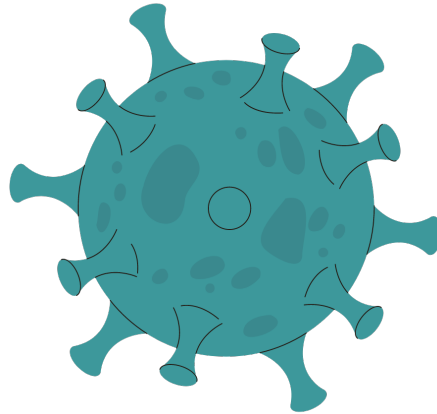
Tarde: Etinger

Mortes por covid-19 voltam a aumentar

O número de mortes por complicações da covid-19 voltou a crescer no Brasil. O país fechou a 50ª semana epidemiológica (SE), que leva em conta os óbitos registrados entre os dias 11 e 17 de dezembro, com 1.116 vidas perdidas para o coronavírus. É o maior número semanal de mortes pela covid-19 dos últimos quatro meses. Para piorar, as autoridades sanitárias avaliam uma tendência de alta de infecções e mortes no país.

De acordo com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), a média móvel de mortes está em 162 por dia em duas semanas. Uma alta de 79% em relação ao verificado há 14 dias. Desde o início da pandemia, em março de 2020, o país acumula 691.883 vidas perdidas.

Os casos de infecção pelo coronavírus também batem recorde no país. Apenas no sábado (17/12), mais 9.868 pessoas testaram positivo para a doença. A média é 48.258 contágios ao



dia, um aumento de 80% em relação às duas últimas semanas. Ao todo, 35.901.978 infecções se confirmaram.

O novo recorde de mortes e casos coloca o país em alerta e impõe novos desafios para o próximo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de acordo com o epidemiologista da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Jesem Orellana. Para o especialista, o futuro Ministério da Saúde precisa ser “fortemente alinhado com uma gestão responsável,

técnica, em estreito diálogo com a ciência e com as principais necessidades dos usuários, trabalhadores e gestores do Sistema Único de Saúde (SUS)”.

A vacinação contra a covid-19 também é um desafio. Dados divulgados na sexta (16) pelo Ministério da Saúde indicam que apenas 49,78% da população total tomou a dose de reforço contra o novo coronavírus. No geral, 80,24% receberam duas doses ou dose única. A maioria – 84,91% – foi parcialmente imunizadas com apenas uma das doses necessárias. Entre as crianças de 3 a 11 anos, somente 37,41% estão totalmente imunizadas.

A situação é preocupante e a população precisa lembrar que a pandemia ainda não acabou. É preciso retomar o hábito de higienizar as mãos e objetos, assim que chagar em casa, além de manter o uso da máscara em locais fechados, como o transporte público. É preciso evitar também a aglomeração.

Fonte FEEBBASE

STF derruba orçamento secreto

Na sessão de ontem (19/12), o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a emenda do relator RP9, também conhecida como orçamento secreto. Por 6 a 5, os ministros entenderam que a prática viola princípios constitucionais como transparência e publicidade.

Ao proferir o resultado da votação, a presidente da Corte, Rosa Weber, determinou que todas as unidades da federação, que utilizam recursos desse tipo de emenda nos exercícios de 2020 a 2022, publiquem no prazo de 90 dias os dados referentes a identificação dos solicitantes e dos beneficiários.

Nessa última sessão do ano do STF, só faltavam votar os ministros Ricardo

Lewandowski e Gilma Mendes.

No seu voto, Lewandowski afirmou que apesar do Congresso na última sexta-feira (16), ter aprovado proposta que trata da transparência nas emendas de relator geral, a medida não se adequa totalmente às exigências do STF em relação ao tema. O voto do ministro formou maioria para derrubar a medida no placar de 6 a 4. Restava o voto de Gilmar Mendes, que julgou a ação parcialmente procedente, deixando o placar em 6 a 5.

Foram quatro ações de inconstitucionalidade movida pelo Cidadania, PSB, PSOL e PV que alegaram a falta de



transparência, publicidade e impessoalidade na distribuição das emendas. Mais de R\$ 50 bilhões desse orçamento foram usados pelo governo Bolsonaro para turbinar sua base eleitoral, o que teria ajudado na eleição dos seus aliados.

Fonte FEEBBASE

